

# política

Editora: Paula Coutinho  
politica@jornaldocomercio.com.br



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Invasões de terra

O senador Alan Rick (União-AC, foto), presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado, realizou uma audiência pública para tratar do aumento das invasões de terra no Brasil. Ele defende a adoção de medidas para a pacificação no campo e apresentou números que mostram o aumento de invasões de terra em 2023 e em 2024.



WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO/JC

### Invasão é crime

Até o momento, argumenta o senador, “já se registram mais invasões do que em todo o ano de 2022. A invasão de terra é crime, e não constitui meio legítimo de pressão ou luta pela reforma agrária. Por isso deve ser combatida fortemente, principalmente pelo Incra, órgão responsável por colocar em prática as ações que assegurem a oportunidade de acesso à propriedade da terra”.

### Marco Temporal

O senador Alan Rick enfatizou a importância da proposta aprovada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. “É o texto do relatório do Marco Temporal, que depois foi aprovado pelo plenário, para garantir a segurança jurídica aos produtores rurais, aqueles que empreendem no campo, e para garantir sua permanência no campo brasileiro.”

### Principais projetos

Alan Rick destacou, para o **Repórter Brasília**, os principais projetos em análise no Congresso Nacional neste primeiro semestre de 2024. Na visão do congressista, “um dos projetos mais importantes, é uma resposta do congresso ao anseio do povo brasileiro a respeito da nossa PEC-45, que endurece a questão do trânsito, do transporte e do porte de drogas”. Também reforçou a importância para que “o vinho passe a ser considerado alimento, e que isso seja inserido na reforma tributária, conforme defendem os produtores gaúchos”.

### Uso de drogas

“O povo brasileiro disse claramente que é contra o uso de drogas e a legalização de drogas no Brasil. Os nossos embates aqui contra isso foram vitoriosos”, afirmou Rick. Já em diversas capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, têm ocorrido manifestações em defesa da legalização do uso recreativo da maconha. Os manifestantes também protestaram contra a PEC das drogas.

### Microempreendedores individuais

Alan Rick afirmou que, entre os projetos que vêm sendo discutidos no Congresso Nacional, está também a questão do aumento do teto de receita para os microempreendedores individuais. Comemorou: “É relatório nosso, vencedor, também aprovado”.

### Evasão estudantil

Entre uma série de questões importantes aprovadas, o senador acreano citou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), “um projeto inovador que garante a permanência dos nossos estudantes no Ensino Superior”. Alertou que “o índice de evasão é muito alto no Brasil, 55% dos estudantes acabam abandonando por questões financeiras, por falta de apoio”.

### Estudantes de baixa renda

Alan Rick celebra: “Nós aprovamos uma legislação que permite a permanência e dá um amparo aos estudantes de baixa renda para permanecerem no Ensino Superior”.

### Política de céus abertos

“Temos vários outros projetos importantes. É nossa a defesa, por exemplo, de uma política de céus abertos no Brasil, para garantir mais competitividade para o transporte aéreo ser mais barato, mais próximo, principalmente das regiões mais afastadas do Brasil”, defende Rick.

# Negociação de dívida entre RS e União avança no STF

## Audiência visa resolver impasse envolvendo ação movida pela OAB

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ/DIVULGAÇÃO/JC



Entidade argumenta que extinção do passivo seria uma “medida de humanidade” diante do desastre climático

### / CLIMA

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou para a próxima terça-feira, uma audiência de conciliação sobre a dívida de cerca de R\$ 100 bilhões do Rio Grande do Sul com a União, após as enchentes que devastaram o Estado. O encontro será no gabinete do ministro e contará somente com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do governo federal, da gestão estadual do RS e da Procuradoria-Geral da República (PGR). Uma mesa de conciliação é pleito da seccional gaúcha da OAB.

A audiência visa resolver o impasse envolvendo a ação que o Conselho Federal da OAB mo-

veu para derrubar a dívida do RS, sob o argumento de que o débito, ainda que suspenso por 36 meses pelo governo federal, “inviabiliza a reconstrução” do Estado. A OAB argumenta que a extinção seria uma “medida de humanidade” diante do desastre no Estado.

De outro lado, a Advocacia-Geral da União sustenta que o governo Lula já apresentou um pacote de flexibilização de regras fiscais para ajudar na reconstrução do Estado, com um “alívio financeiro” para o governo estadual gaúcho de R\$ 31,9 bilhões.

A audiência de conciliação ocorre no âmbito de um processo movido há 12 anos pela OAB-RS que busca a extinção total ou parcial da dívida gaúcha com a União.

O principal argumento da Ordem recai sobre uma auditoria, realizada por determinação do próprio STF nos autos do processo, que teria apontado para a possibilidade de o Estado já ter quitado o débito da dívida.

Para o presidente da seccional gaúcha da OAB, Leonardo Lamachia, o processo já encontra-se pronto para ser julgado pelo Supremo, após a finalização da auditoria. Para ele, há dois caminhos para solucionar a questão. O primeiro é via entendimento do governo federal: e por isso uma mesa de negociação se faz necessária. Caso não haja acordo entre as partes, Lamachia confia em um desfecho positivo via julgado no próprio STF.

## Voto em trânsito não será possível no pleito deste ano

### / ELEIÇÕES 2024

Os eleitores que não estiverem nos seus locais de votação em 6 de outubro, a data do primeiro turno das eleições municipais de 2024, deverão justificar a ausência no pleito. Isso porque para eleger prefeito, vice-prefeito e vereador, não é possível votar em trânsito, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O voto em trânsito é permitido nos anos de eleições gerais,

em que se elegem presidentes da República, deputados federais e senadores, governadores e deputados estaduais. Neste caso, a votação ocorre em colégios eleitorais normais ou criados para o voto fora do município onde o eleitor mora.

As justificativas para a ausência no local de votação podem ser apresentadas online, pelo aplicativo da Justiça Eleitoral, o E-Título. Presencialmente, é necessário imprimir o formulário de requeri-

mento de justificativa eleitoral e o entregar preenchido nas mesas receptoras de votos ou de justificativas, nos tribunais regionais eleitorais e pelos cartórios eleitorais.

Se a justificativa não for apresentada no dia do pleito, ainda é possível entregar a declaração em até 60 dias após cada turno. Se houver um segundo turno e, novamente, não for possível votar por estar fora do município, será preciso apresentar uma outra justificativa.